

# MULHER E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: NOTAS DE UMA HISTÓRIA EM ANDAMENTO

Iana dos Santos Vasconcelos<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo aborda a inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil e os impactos das transformações econômicas, políticas e sociais, ocasionadas na perspectiva de compreender as novas configurações do trabalho, e especialmente a condição da mulher neste campo. Uma reflexão dessa natureza requer uma análise que contemple as estratégias de sustentação do capital, os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens na divisão sexual do trabalho e as condições dadas à materialização da existência. Como resultado do presente trabalho, foi possível verificar o processo diferenciado de inserção e das condições de trabalho das mulheres no Brasil, o qual tem ligação direta com a relação de gênero nesse contexto, no que se refere ao reconhecimento e valorização do trabalho feminino. A representação social construída historicamente a respeito das atribuições de homens e mulheres serve para tornar invisível e secundário o trabalho das mulheres.

Palavras-chave: mulher, trabalho e novas configurações.

**Abstract:** This article discusses the integration of women into the labor market in Brazil and the impacts of economic, political and social transformations, occasioned in order to understand the new settings work, and especially the status of women in this field. A reflection of this nature requires an analysis that considers the strategies of sustaining capital, social roles assigned to women and men in the sexual division of labor and the conditions given to the materialization of existence. As a result of this study, it was possible to verify the differential process insertion and the working conditions of women in Brazil, which has a direct connection with the relationship of gender in this context, with regard to the recognition and valuing of women's work. The historically constructed social representation regarding the duties of men and women is used to make invisible and secondary women's work.

Keywords: woman, work and new settings.

## Introdução

O processo histórico de inclusão das mulheres no mercado de trabalho é peça chave para a compreensão do contexto atual vivenciado por este segmento. Essa realidade proporciona o estabelecimento de novas relações sociais mediante interação de padrões distintos de comportamento.

Portanto, é imprescindível, conhecer não só a situação atual, mas o contexto histórico de inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, uma vez que os reflexos desse processo influenciaram diretamente a redefinição de papéis sociais de homens e mulheres.

Uma reflexão dessa natureza requer uma análise das estratégias econômicas de ampliação e sustentação do capital, os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens na *divisão sexual do trabalho*<sup>2</sup> e as condições dadas à materialização da existência.

Logo, meu propósito aqui vai além da exposição de dados estatísticos, o que não significa o seu abandono, mas o empenho em delinear a trajetória da força de trabalho feminina, tanto em termos históricos como conjunturais, na perspectiva de apreender fatores que propiciaram a acentuação da

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais. Especialista em História Regional. Aluna no programa de pós-graduação interinstitucional em Antropologia UFRR/UFPE.

<sup>2</sup> (...) “A divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritária dos homens na esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva como também, simultaneamente a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares) etc” (KERGOAT, 2001 *apud* SANTOS, 1996, p.68)

precarização do trabalho da mulher e o surgimento de novas estratégias de sobrevivência, tais como, a migração para outros países em busca de trabalho.

Neste sentido, o presente artigo tem o objetivo de apresentar uma síntese do processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil e sua transformação ao longo da história.

### **História das Mulheres e a inserção no mercado de Trabalho**

O processo de aparecimento da *mulher* como sujeito na produção historiográfica privilegiou, entre outras questões, a relação com o trabalho e deu maior visibilidade a participação dela na sobrevivência da família e o espaço ocupado na vida cotidiana.

Dentre as variadas abordagens realizadas pela produção da historiografia brasileira, na década de 1980, sobre o trabalho das mulheres e suas análises de diferentes aspectos da questão, podem ser destacados o cotidiano das fábricas, as lutas e greves feministas, além da

recuperação das diversas estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano, bem como, a capacidade de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos para encontrar brechas, através das quais pudessem se expressar ou, ao menos, sobreviver (MATOS, 2000, p.13)

Embora concorde com Saffioti (1979) que as mulheres nunca foram alheias ao trabalho em todas as épocas e lugares, elas contribuíram e contribuem significativamente para a subsistência familiar, para a produção de riqueza e, sem dúvida, para o crescimento substancial da mão de obra feminina no mercado de trabalho.

Delimitarei o marco temporal da contextualização histórica da inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil a partir de meados do século XIX, período em que houve um crescimento substancial da participação desse segmento, em virtude da expansão industrial e urbanização no país, causando profundas transformações no mundo e na vida de homens e mulheres.

Segundo Rago (2001), entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil, grande parte do proletariado era constituído por mulheres e crianças imigrantes, por representarem um grande percentual da força de trabalho disponível e de pouco custo. Esta mão de obra constituía-se basicamente de camponeses recém-chegados do campo e, dentre eles, mulheres migrantes. Na época, a política adotada pelo governo brasileiro era atrair milhares de migrantes europeus, tanto para trabalhar nas lavouras, quanto nas fábricas que surgiam nas cidades substituindo por sua vez, a mão de obra escrava.

Frente a isso, as mulheres brasileiras pobres, especialmente negras, continuaram, após a abolição, a ocupar postos de trabalho desqualificados, recebendo baixíssimos salários e péssimo tratamento. De acordo com documentos oficiais da época e estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais foi possível constatar um grande número dessas mulheres como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas (RAGO, 2001, p.582).

Nas fábricas, essas trabalhadoras contribuíram para a descrição de um perfil de “força de trabalho ideal” e de pouco custo para a produção: jovens, sem responsabilidades familiares (solteiras e sem

filhos) e com baixa escolaridade em sua grande maioria, mas que, em contrapartida, não apresentavam no trabalho qualquer anseio reivindicatório, “exprimindo contentamento” com sua condição de operária (NOGUEIRA, 2004).

A baixa capacidade reivindicatória da mulher é explicada por Saffiot (1979), devido a sua vinculação transitória na atividade ocupacional da esfera produtiva e, por outro lado, à atribuição de caráter suplementar aos seus rendimentos obtidos através de seu trabalho. A construção social patriarcal, cujas representações que atribuem exclusivamente à mulher os cuidados do lar, reforçavam essa desigualdade.

Apesar das constantes ações reivindicatórias promovidas pelas operárias, através de greves e mobilizações políticas contra a exploração do trabalho nos estabelecimentos fabris, nas décadas de 1890 e 1930, elas eram geralmente descritas como “frágeis, desprotegidas e vulneráveis aos olhos da sociedade” (RAGO, 2001, p.578).

Porém, é necessário considerar que a maioria das fontes históricas produzidas nesse momento era elaborada por homens, uma vez que grande parte da documentação disponível sobre o universo fabril foi formada por autoridades públicas, numa época em que a participação das mulheres nesses espaços era quase inexistente (MATOS, 2000; PERROT, 2004; RAGO, 2001).

Diante disso, percebemos que a relação de gênero nesse contexto tem grande importância no que concerne ao reconhecimento e valorização do trabalho feminino, pois, a representação social construída historicamente a respeito das atribuições de homens e mulheres serve para tornar invisível e secundário o trabalho das mulheres.

Deste modo, os detentores dos meios de produção se apropriaram deste discurso para obter acumulação, através da exploração desse segmento, tendo em vista que representavam menores gastos e pouca resistência.

Logo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil nesse período não significou a conquista de espaço entre homens e mulheres neste cenário, pelo contrário, as mulheres eram vistas como uma “reserva de mão de obra” necessária à acumulação do capital, o que confirmava a vulnerabilidade de sua mão de obra, articulada ao mercado de trabalho durante os períodos de expansão econômica e expulsas nos momentos de crise (HIRATA, 2002).

O desenvolvimento era entendido como crescimento econômico acelerado, expansão do parque industrial e modernização da agricultura. O enfoque era do bem-estar social, tendo o Estado como provedor. As mulheres continuavam à margem do desenvolvimento, tratadas como beneficiárias passivas.

Os programas e projetos voltados para as mulheres eram pensados com base em atribuições consideradas femininas: nutrição, saúde, economia doméstica e planejamento familiar. (SANTOS, 2002; 2005)

Também é importante destacar que, no século XX, a migração no Brasil sofre transformação, uma vez o país deixa de ser apenas receptor de migrantes de várias partes do mundo, principalmente do continente Europeu e passa a inaugurar, a partir da década 1960 um ciclo significativo de migração de brasileiros (as) para países como Estados Unidos, Japão e Europa (Portugal, Espanha, Itália). Além do deslocamento para esses países incrementa-se a migração entre países fronteiriços, em especial o Paraguai, Bolívia, Suriname e Guiana Francesa (POVOA NETO, 2006).

Por sua vez, a crise econômica ocorrida no final da década de 1970 possibilitou segundo Ferreira (2004), transformações profundas nas relações sociais de trabalho. Na política, vivenciamos a prática de um novo modelo de Estado, que restringia cada vez mais as funções sociais, como garantia de direitos e acesso a políticas públicas universais. Na economia e no trabalho acompanhamos o surgimento de grandes corporações internacionais e a disseminação por todo mundo e organizações financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que afetaram diretamente os rumos de países em desenvolvimento, como o caso do Brasil.

Na esfera produtiva, o trabalho assalariado sofreu forte impacto das mudanças engendradas para reestruturação do capital como estratégia para sair da crise em meados da década de 1960 e início da década de 1970. Tais mudanças foram significativas, conforme Verônica Ferreira (2004), em *“forma e conteúdo”*, em consequência da crise do modelo de produção vigente na indústria brasileira: o Taylorismo/Fordismo caracterizado pelo emprego de um grande número de trabalhadores, em grandes fábricas que, embora submetidos a condições de super exploração, em jornadas de trabalho de até 12 horas, eram amparados por contratos garantidores de direitos trabalhistas, conquistados graças à atuação de segmentos sociais organizados.

Mas, para manter o regime de “acumulação”, o capital precisou formular uma nova estratégia de sustentação e foi nesse contexto que início dos anos 1990 intensificou-se, conforme Ricardo Antunes (1999), outro processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação. Esse processo principiou-se no modelo japonês das fábricas da Toyota (Toyotismo) e passou a ser conhecido como modelo de flexibilização da produção.

Esse modelo é caracterizado, principalmente, pela flexibilização das relações de trabalho, sobretudo a compra da força de trabalho mediante contratos trabalhistas destituídos de direitos, passando esses a serem responsabilizados pela crise do capital (FERREIRA, 2004). Ao contrário do modelo fordista, que concentrava milhares de trabalhadores e trabalhadoras em grandes fábricas e se organizava em uma linha de produção, a flexibilização da produção fragmenta as formas e extingue os postos de trabalho.

Nesse novo panorama, passa a ser exigido outro perfil de mão de obra, agora polivalente e multiespecializada, com capacidade para desenvolver várias tarefas de forma criativa, o que acarretou em maiores níveis de exploração da classe trabalhadora. A mulher passa a ser o principal alvo, em consequência da associação dessas exigências a qualidades consideradas inatas do universo feminino, tais como, presteza, polivalência e a sua prática cotidiana de adaptação em muitas tarefas, chegando, às vezes, a tripla jornada de trabalho.

Neste período, o perfil das mulheres no mercado de trabalho passa a ser de mulheres mais velhas, casadas e mães. Isso se deve a fatores como: a permanência das mulheres no mercado de trabalho em idade reprodutiva<sup>3</sup>; a crescente fragilidade de proteção social de trabalhadoras(es), colaborando para reduções salariais, o que culminou na necessidade de complementar o orçamento familiar e as fortes recessões econômicas de mecanismos internacionais provocaram o endividamento do Estado e altos índices de inflação.

---

<sup>3</sup> Para maiores informações consultar Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de Trabalho. CFE-MEA, 2002.

Assistimos, assim, no mundo capitalista e no Brasil particularmente, ao aprofundamento da precarização do trabalho em suas distintas formas: desregulamentação, contratações temporárias, terceirização, etc. Outro exemplo disso é a ampliação do trabalho no setor informal pelas massas expulsas do mercado formal de trabalho em consequência do desemprego, ocasionado pela redução do quadro de funcionários das grandes empresas, propiciado pelo uso intensivo de novas tecnologias. As mulheres são fortemente atingidas, uma vez que a maioria ocupa os postos de trabalho mais precários, numa visível e cruel incorporação das desigualdades da divisão sexual do trabalho para fins de acumulação capitalista. (FERREIRA, 2004).

Na última década do século XX no contexto de mudanças, uma questão paradoxal foi o crescimento da atuação de movimentos sociais, especialmente o Movimento de Mulheres e Feminista no Brasil, paralelamente ao processo de reestruturação produtiva na interface da fragilidade de direitos e lutas reivindicatórias.

Sem dúvida, essa década assinala uma grande mobilização de mulheres em todo o mundo, com a ampliação das bases do Movimento Feminista, marco na luta pela emancipação da mulher, questionando vários pontos, dentre eles, determinados aspectos do modo de produção capitalista e o enfrentamento ao discurso conservador que naturaliza a condição da mulher de mãe e esposa, mantendo o conceito de família como instituição básica e universal, o que reforça a ideologia patriarcal dominante (NOGUEIRA, 2004, p.37). O conceito de patriarcado que estou utilizando inspira-se em Max Weber, que o define da seguinte forma:

Patriarcado é uma forma de poder que se sustenta na autoridade de um senhor, o pai, sob seu grupo familiar. O poder do senhor é descrito como um poder arbitrário e pessoal, sendo a tradição a única possibilidade de limite a este poder. O domínio patriarcal pode estender-se para além do grupo familiar, podendo alcançar extensões gigantescas, cidades e municípios, até países. Neste caso, os senhores oferecem benefícios financeiros e materiais distribuídos para não familiares em troca de devoção e obediência; realizam formação de guarda pessoal para defesa e coerção, constituição de representantes pessoais que exercem poder em seu lugar e sob obediência a suas decisões diretas. O estilo de governo patriarcal tem uma ideologia que caracteriza-se pelo ideal de reconhecimento e venerado como o “bom rei”, ‘o pai do povo’ e seu protetor. (WEBER, 1989, p.98).

Percebe-se que a estrutura do patriarcado ainda é fortemente presente nas estruturas de poder no Brasil e serve para legitimar a dominação e a exploração das mulheres, em detrimento dos homens.

A *divisão sexual do trabalho* é, portanto, um instrumento que reforça tanto a dominação, quanto a exploração das mulheres. Dominação, pois, quando as mulheres se detêm apenas ao trabalho doméstico para sua família perdem autonomia econômica, tornam-se dependentes e subordinadas a quem garante sobrevivência familiar, em geral, os homens, marido, filhos, etc. Já a exploração é resultado da dupla ou tripla jornada de trabalho, uma vez que, quando as mulheres decidem conquistar autonomia financeira, trabalhando no espaço público, são submetidas a uma jornada de trabalho junto à família e outra para ganhar dinheiro.

Além disto, a cultura patriarcal que valoriza o trabalho do homem em detrimento ao da mulher é incorporada pelo mercado de trabalho, no qual as mulheres recebem menores salários, concentram-se nos postos mais precários, tais como, o trabalho informal e são o primeiro contingente a ser demitido em momentos de crise econômica.

Portanto, essa divisão sexual do trabalho se reproduz ao longo da história e, é alicerçada por uma ideologia patriarcal que a naturaliza deixando, desta forma, de ser percebida enquanto um problema social e ficando à margem das políticas públicas.

## **Trabalho e Resistência**

Em meados da década de 1970, a mulher entra na esfera pública na categoria de sujeito político, lutando contra toda forma de opressão e reivindicando igualdade de direitos entre homens e mulheres, tais como: salários iguais no exercício da mesma profissão, uma divisão justa no trabalho doméstico na esfera reprodutiva, entre outras.

Contudo, as mulheres enfrentaram inúmeros obstáculos para participarem do mundo “público do trabalho”, em um espaço o qual era tido como naturalmente masculino independente da classe social a que pertencessem, uma vez que os valores adquiridos no espaço privado, ou seja, na família, servem para reforçar as barreiras, que vão desde variação salarial a intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual (RAGO, 2001).

Neste sentido, é possível perceber que a identidade de gênero construída ao longo da vida de cada indivíduo e, sobretudo na família, em base de uma relação social permeada pelo afeto e autoridade tem influência direta nas relações de trabalho e na vida cotidiana. As primeiras diferenciações de papéis sociais entre homens e mulheres refletem-se no mercado de trabalho que se apropria da apreensão dessas características, para definir funções de homens e mulheres nesse espaço.

Na década de 1980 o Brasil sentiu mais fortemente a recessão internacional com os problemas causados pela crise da dívida externa, o que levou o governo brasileiro a tomar medidas limitadoras do crescimento econômico, provocando uma recessão na indústria brasileira que, por sua vez, causou demissões em massa, o que culminou em altos índices de desemprego (HIRATA, 2004, p.177).

Essa crise econômica sofrida pelo país, marcada pela constante instabilidade e altos índices de inflação, contribuiu para diminuição real dos salários dos brasileiros (as), reduzindo o poder aquisitivo e agravando as condições de vida de grande parte da população (KAWAMURA, 1999).

Em contrapartida, alguns países desenvolvidos como Japão e Estados Unidos, viviam momento de pleno desenvolvimento e crescimento econômico acelerado, o que implicava uma demanda de mão de obra para atingir altos índices de produtividade. Além de uma série de fatores socioculturais que acabaram corroborando com a escassez de mão de obra, tais como, o envelhecimento da população, baixas taxas de natalidade e o preconceito da população em idade ativa em relação a empregos de baixa qualificação. (KAWAMURA, 1999, SASAKI, 1999).

Assim, essa conjuntura propiciou a constituição de um movimento migratório significativo de brasileiros (as) em direção a esses países, atraídos pela fuga do desemprego e melhores condições de vida.

Todavia, os trabalhadores (as) eram submetidos (as) a divisão sexual do trabalho, diferenciando no interior da fábrica, operários e operárias. Essa divisão tem outra vez papel preponderante nesse contexto. O exemplo é o das indústrias eletroeletrônicas da região metropolitana de São Paulo, descrito por Helena Hirata. Nesse setor, o maior contingente demitido foram mulheres que ocupavam cargos de baixa qualificação. Fato esse distinto entre a mão de obra masculina, que teve como principal

argumento a manutenção no emprego dos “provedores de fundos”, ou seja, os considerados chefes de família, aqui entendidos como os principais detentores da renda familiar, papel este predominantemente representado pelos trabalhadores do sexo masculino.

Mas, o que se diferenciou foi o fato de que, este mesmo critério não foi aplicado ao contexto feminino, já que a maioria dos (as) demitidos (as) eram mulheres, mães que ocupavam setores de baixa qualificação em comparação a mulheres com maior nível de qualificação.

O desenvolvimento nesse período passa a ser visto de outra forma, agora pela égide de “eficiência econômica e da produtividade”. Pode-se afirmar que essa concepção trouxe à tona políticas de ajuste estrutural com forte redução, por parte do Estado, de gastos com políticas sociais, como educação e saúde, com transferência direta de recursos para pagamento das dívidas externa e interna do país.

Neste cenário as mulheres passam a ter um papel estratégico aos olhos do Estado, que se apropria das relações de gênero, já que responsabiliza as mulheres pelo papel de assistência que lhe caberia. Exemplo desta estratégia é o surgimento de programas governamentais como Saúde da Família, no qual o doente não mais precisa se deslocar de sua residência para ser atendido pelo médico. Essa responsabilidade e cuidado passa ser tarefa da mulher, tendo em vista que este tipo de trabalho se concentra na esfera reprodutiva, que significa o processo de procriação, manutenção e desenvolvimento dos seres humanos visto como parte ‘natural’ integrante do cotidiano da vida das mulheres (ÁVILA, 2004).

Paralelo a isso, o desenvolvimento do sistema capitalismo tende a atrair cada vez mais as mulheres para a esfera produtiva do trabalho remunerado. Essa inserção é promovida sem as mínimas condições de políticas públicas, tais como a criação de creches e escolas em tempo integral, que garantam a liberação do tempo dessas mulheres do trabalho reprodutivo. Ao contrario, as mulheres passam a repartir esse trabalho com outras mulheres e, dependendo da classe social, geralmente com membros da família ou conhecidas.

Por outro lado, revela o contexto histórico vivenciado no país no século XX e os seus impactos na vida cotidiana das mulheres, tais como, as políticas de ajuste estrutural, que passam a destinar recursos a serem aplicados em políticas públicas sociais (criação de creches, escolas em tempo integral) para o pagamento de dívida econômica do país.

Ao se inserirem no processo das atividades produtivas, as mulheres constituíam verdadeiras redes de solidariedade comunitária ou familiar, nas quais trocam entre si o cuidado com as crianças e outras tarefas domésticas dentro da dupla jornada, no sentido de possibilitar sua inserção dentro dos vários espaços da vida social.

Entretanto, é necessário considerar que, na década de 1990, em meio aos estilhaços da reestruturação produtiva de uma conjuntura de ajuste estrutural e modificação nos modelos tecnológicos e produtivos, houve grandes metamorfoses nas relações de trabalho entre homens e mulheres (ABRAMO, 2002). Uma dessas transformações foi o aumento significativo da participação da mulher no mercado de trabalho, desta vez, em funções especializadas consideradas essencialmente masculinas, tais como, engenharia, mecânica, aviação, entre outras, rompendo tabus.

Paralelo a isso, é possível observar na mesma pesquisa, que a taxa de desemprego entre pobres no país era de 20% entre o contingente feminino e 14% em relação ao masculino. Com isso, pode-

-se concluir que, embora seja reconhecido como um avanço o processo mais dinâmico da inserção da mulher no mercado de trabalho e na perspectiva da busca de sua autonomia social e econômica, elas continuam no topo da pirâmide das desigualdades sociais, engordando os dados estatísticos de pobreza e de condições precárias de trabalho (ABRAMO, 2002).

E quando se faz uma reflexão mais profunda sobre questões como raça/etnia, também se percebe que são os negros, especialmente as mulheres negras, os mais atingidos, chegando a galgar o primeiro lugar nos índices de menor renda familiar do país, segundo ascendência racial<sup>4</sup>. É relevante a análise que cruza categorias de classe, raça/etnia e gênero como elementos fundamentais para compreensão do processo de estruturação das relações sociais e da reprodução das desigualdades no trabalho em nosso país (SILVA, 2005, p.46).

Ao traçar uma ponte com a realidade vivenciada pelas trabalhadoras brasileiras, tomando-se por base o recorte de raça/etnia, é possível constatar o reflexo desse fato histórico do passado no presente, uma vez que há um predomínio substancial de mulheres índias e negras em postos de trabalhos mais precários e com pouco prestígio social aos olhos da sociedade local.

### **Considerações finais**

Com base na breve contextualização histórica da inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil, é possível constatar que as desigualdades entre homens e mulheres perpetuam e configuraram-se ao longo da história, fruto de um sistema patriarcal que hierarquiza, distribui e valoriza de forma assimétrica o trabalho dos homens em detrimento do das mulheres.

A resignificação/reconfiguração desta divisão sexual do trabalho é modelada e readaptada não apenas por sistemas culturais, mas por sistemas econômicos e políticos, isso significa que a análise das reconfigurações de gênero não pode ser refletida, desassociadas dos sistemas mais amplos de organização social, tal como o modo de produção capitalista.

As mudanças nos sistemas de produção implicam mudanças na divisão sexual do trabalho, assim como, “conflitos políticos implicam a reconfiguração das relações de poder dentro e além da esfera doméstica; e o gênero, como uma forma poderosa de representação cultural, é envolvido nas lutas emergentes em torno do significado e nas tentativas de redefinir quem e o quê são as pessoas” (MOORE, 1997, p.14).

Neste contexto, a acentuação da inserção das mulheres no mercado trabalho ocorreu paralelo ao processo de precarização e flexibilização do emprego que passou a priorizar a mão de obra feminina, cabendo exclusivamente às mulheres a conciliação e reorganização simultânea do trabalho no campo assalariado e no campo doméstico.

---

<sup>4</sup> Síntese dos principais resultados da pesquisa “A mulher Brasileira nos espaços público e privado”, de acordo com o Censo IBGE 2000), realizado pelo Núcleo de Opinião Pública- FPA.

## Referências Bibliográficas

ÁVILA, Maria Betânia. **O Tempo e o Trabalho das Mulheres**. Pernambuco: Ed. SOS Corpo, 2004.

ABRAMO, Laís. Evolução do emprego feminino e equidade de gênero na América Latina: Avanços e permanências nos anos 90. In: COSTA, E. et al. (Orgs). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva e gênero**. São Paul: CUT, p.79-97, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

FERREIRA, Verônica. O novo e velho no trabalho das mulheres. In: SILVA, Carmem; AVILA, Maria B.; FERREIRA (Orgs). **Mulher e trabalho**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a mulher trabalhadora da CUT, p.31-38, 2004.

HIRATA, Helena. **Nova divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Bom tempo Editorial, 2002.

MOORE, Henrietta. **Compreendendo sexo e gênero**. Do original em inglês: “Understanding sex and gender”, in Tim Ingold (Ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, p.813-830, 1997. Tradução de Júlio Assis Simões, exclusivamente para uso didático.

KAWAMURA, Lili. **Para onde vão os brasileiros?** Campinas – SP: Ed. Unicamp, 1999.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma História da Mulher**. Bauru – SP: EDUSC, 2000.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas – SP: Autores Associados, 2004.

PERROT. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto , 2004. Tradução de Ângela M. S. Côrrea.

POVOA NETO, H. & FERREIRA, A P. **A imagem da imprensa sobre a emigração brasileira**. In Estudos Avançados, v.20, n.57, p.7-24, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

RAGO, Margareth. **Trabalho Feminino e Sexualidade. História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Andréa Paula. **Ponto de Vida. Cidadania de Mulheres Faveladas**. São Paulo: Loyola, 1996.

SANTOS, Graciete. Desenvolvimento humano sustentável e solidário: alternativas de trabalho e renda. In: COSTA, E. et al. (Orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva e gênero**. São Paulo: CUT, p.123-128, 2002.

SASAKI, Elisa. Movimento Dekassegui: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: SALES, Tereza; REIS, Rossana Rocha Cenas (Orgs.) **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SILVA, Carmem. Raízes das desigualdades. In: SILVA, Carmem; AVILA, Maria B.; FERREIRA (Orgs.). **Mulher e trabalho**. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a mulher trabalhadora da CUT, p.39- 47, 2005.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 1992.